

IAOD do Deputado Chan Meng Kam em 16.10.2014

População perturbada pela abundância de mensagens telefónicas indesejadas ligadas ao jogo

Tenho recebido muitas queixas de residentes e visitantes que alegam a recepção em massa de mensagens telefónicas indesejadas ligadas ao jogo, durante a entrada e saída de Macau, nas proximidades das Portas do Cerco, cuja quantidade varia entre umas poucas e algumas dezenas. Os queixosos sentem-se muito aborrecidos face à recepção diária destas mensagens indesejadas. Suspeita-se ainda que este tipo de mensagens seja de natureza fraudulenta, podendo originar problemas familiares e sociais. Como a sua existência vai contra o espírito do “jogo responsável”, é de esperar que a polícia, a Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos, a Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações e os operadores de telecomunicações actuem em conjunto para a devida resolução.

Segundo os queixosos, quem utiliza o cartão “SIM” de número único emitido por determinado operador de telecomunicações de Macau recebe a mensagem quando volta de Zhuhai para Macau; quem utiliza o cartão duplo recebe a mensagem ao entrar em Zhuhai; e quem recorre aos serviços prestados pela “China Mobile” e pela “China Unicom” recebe a mensagem quando está em Zhuhai, em Gongbei e também em Macau. Nas mensagens recebidas, que são semelhantes, lê-se: **“Bem-vindo a Macau. Registe-se no website X e receba o prémio, oferecido pelo Casino X, de 45 patacas para efeitos de aposta. As apostas mútuas online incluem bacará, roleta, Mark Six, apostas desportivas, etc. Proceda ao requerimento do prémio para aposta aquando do registo na internet.” “É incómodo ir aos casinos em Macau. Basta abrir uma conta na internet! Aquando da inscrição no website X, são apenas necessários 3 minutos para depósito e levantamento de 10 milhões...”**

Porque é que há tantas mensagens de *spam* relacionadas com o jogo? É simplesmente por causa dos lucros e, nos suspeitos de infracção, incluem-se os que exploram ilegalmente o jogo, os que controlam o “servidor falso” e os empresários ilegais de telecomunicações. As mensagens de *spam* são emitidas por vários números de telefone (incluindo telefones da China Continental e de Macau), alguns telefones pertencem a empresários de telecomunicações, outras vêm de cartões de telefone com crédito, de telefones roubados e até alguns números de telefone são falsos. Se se proceder à respectiva investigação, pode iniciar-se com as mensagens com indicação de casino e endereço da rede. Para além disso, alguns empresários de telecomunicações vendem a base de dados dos utentes às pessoas que exploram o jogo ilegal. Depois, estas pessoas mandam imensas mensagens de *spam* mediante a referida base de dados e o servidor falso.

A CCTV denunciou que a China Mobile mandou muitas destas mensagens e

na rede foram descobertas mensagens de *spam* relacionadas com o jogo de Macau. Quando os utentes, cujos telemóveis podem navegar na rede da CTM e da “*China Mobile*”, passam pelas fronteiras, recebem sempre muitas mensagens de *spam* relacionadas com o jogo. Porquê? Perante o facto de empresários locais venderem a base de dados dos utentes, como se procede à respectiva fiscalização? Quanto aos cartões de telemóvel que têm dois números, um para uso em Macau e outro na China, os dados pessoais destes utentes foram já revelados a empresários de telecomunicações da China? Como é que a Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações procede à fiscalização sobre isto?

Quanto ao combate ao envio de mensagens em massa através de “servidores falsos”, vejamos as medidas adoptadas pelas autoridades do Interior da China. Segundo os *media* de diferentes cidades e províncias chinesas, em Novembro de 2013, um indivíduo de apelido Li foi condenado a 4 anos de prisão por ter enviado em Xangai e em Suzhou, por meio de “servidores falsos”, mais de 160 mil mensagens relacionadas com o jogo em casino de Macau; em Dezembro de 2013, um indivíduo de apelido Huang de Hangzhou e, também, em Fevereiro e Março, um outro de apelido Wang de Hangzhou e outro de apelido Xie, de Xi’an, foram também detidos pelas autoridades por envio de mensagens em grande quantidade. As fotos divulgadas pelas autoridades policiais chinesas revelam que um computador portátil, um retransmissor de mensagens e uma antena é todo o equipamento necessário para um “servidor falso”, e o preço ronda apenas 20 mil *yuan*s. Os infractores actuam em locais com grande movimento de pessoas, por exemplo, nos postos fronteiriços. Escondem o equipamento num determinado lugar, como no interior de um automóvel, e com ele detectam os sinais dos telemóveis numa área circunscrita. Para o envio de mensagens não é necessário o número de telemóvel do receptor, mas apenas que o mesmo se encontre nessa área para que o detector comece a fazer combinações de números de telemóveis e a enviar automaticamente mensagens fraudulentas e de *spam*. Assim, nenhuma operadora de telecomunicações intervém em todo processo.

Num artigo intitulado “Mensagens de *spam* sobre o jogo bombardeiam telemóveis que atravessam as fronteiras de Gongbei para Macau”, do dia 10 do corrente, o repórter Wang Hua, do jornal “Xinxi” da China, noticiou que tinha recebido 35 mensagens sobre o jogo ao atravessar a fronteira de Gongbei em vésperas do Dia Nacional. O mesmo jornalista criticou o facto de os telemóveis serem objecto de “ataque e assalto” pelas mensagens, tendo mesmo considerado este um fenómeno caótico nas fronteiras de Gongbei.

Macau é uma cidade turística internacional e os postos fronteiriços, como as Portas do Cerco, constituem a nossa entrada para receber os turistas, e não só, muitos residentes e trabalhadores não residentes também passam diariamente pela fronteira e são obrigados a receber no seu telemóvel as mensagens de promoção do jogo sempre que entram no território, sendo assim um verdadeiro assédio. Embora o sector do jogo seja o dominante, nunca se deve incentivar as pessoas a jogar. Por outro lado, o envio de mensagens de *spam* também poderá

ser ilegal. Assim, na minha opinião, as operadoras de telecomunicações devem portar-se melhor, ou seja, gerir bem a plataforma para o envio das mensagens de telemóvel e a Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações (DSRT) deve também reforçar a respectiva fiscalização. A Divisão de Investigação de Crimes Económicos, subordinada ao Departamento de Investigação de Crimes Relacionados com o Jogo e Económicos e o Departamento de Coordenação de Informática e Telecomunicações da Polícia Judiciária devem igualmente reforçar o acompanhamento da referida situação, ou seja, em caso de necessidade, lançar mão do mecanismo de cooperação entre Guangdong e Macau nos assuntos policiais, com vista a prevenir conjuntamente a referida situação. Quanto ao tratamento de mensagens de *spam*, o Governo pode aprender com as experiências dos países ocidentais e aperfeiçoar assim as leis correspondentes, no sentido de não permitir que indivíduos, empresas, associações e até operadoras de telecomunicações enviem abusivamente este tipo de mensagens.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 16.10.2014

A partir do dia 6 de Outubro aplica-se a proibição total de fumar nas áreas comuns de jogo dos casinos, no entanto, estes podem requerer a criação de salas de fumo sem mesas de jogo naquelas áreas comuns. Segundo alguns trabalhadores e os resultados da vistoria, a qualidade do ar nas áreas comuns melhorou no início, mas segundo muitos trabalhadores, ainda é frequente os clientes das áreas comuns deslocarem-se para as salas VIP para fumar, transformando-as em verdadeiras salas de fumo e prejudicando quem nelas trabalha. Solicito mais uma vez ao Governo para aplicar a lei com rigor e para fazer bem o seu trabalho, para acabar com as zonas cinzentas e evitar que os casinos se aproveitem das lacunas da lei. A lei de controlo do tabaco estipula que 3 anos após a sua entrada em vigor, isto é, até finais deste ano, os Serviços de Saúde têm de elaborar um relatório sobre a situação de aplicação da lei nos casinos e apresentar propostas para a sua revisão. Por forma a concretizar a promessa de controlar o fumo, o Governo deve avançar de imediato com a revisão daquela lei, em prol da concretização da proibição total e absoluta de fumar nos casinos.

Segundo informações de trabalhadores das salas VIP dos casinos, após a aplicação da medida de proibição de fumar nas áreas comuns, os clientes destas entram livremente nas salas VIP para fumar, sem terem de mostrar o respectivo cartão de sócio. E depois de acabarem de fumar, voltam às áreas comuns para continuarem a jogar. As salas VIP transformam-se então em verdadeiras salas de fumo.

Segundo a instrução (ponto 6.2 – 2)) emitida este ano pela Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos, as características das áreas de jogo de acesso condicionado abrangem “o acesso condicionado a determinados jogadores pelo registo e verificação da identidade do respectivo jogador, através da emissão de um cartão de membro temporário ou definitivo de acesso”. Assim sendo, pode constatar-se claramente que a situação que mencionei viola essa regra.

Ainda segundo alguns trabalhadores, existem áreas de apostas de montante elevado que, embora isoladas, nunca foram classificadas como salas VIP, pois tanto o uniforme do pessoal como as fichas utilizadas não diferem dos utilizados nas áreas comuns. Face à nova política adoptada, não deixam de ser áreas para fumadores, onde qualquer titular do dito cartão de sócio pode entrar. Existem, de facto, zonas cinzentas.

Essas áreas, que não preenchem os requisitos para serem classificadas como áreas de acesso condicionado, devem ser consideradas como áreas comuns, onde é proibido fumar. É de sublinhar que a proibição de fumar nas áreas comuns foi sugerida pelas próprias seis empresas de jogo, pelo que se espera que cumpram os compromissos e as normas previstas. Cabe também ao Governo exercer a devida fiscalização e não permitir que as empresas se aproveitem das

lacunas da lei.

Desde Janeiro de 2013 que o controlo do tabagismo nos casinos não tem sido eficaz, no sentido de proteger os trabalhadores, verificando-se até bastantes situações à margem da lei. Continua a ser permitido fumar nas salas VIP, onde os trabalhadores são obrigados a sujeitar-se ao fumo, sem qualquer alternativa. O Governo reiterou que ia rever toda a lei do tabagismo no próximo ano, rumo à plena proibição de fumar, só que ainda não se vê nenhum calendário. Note-se que a protecção contra a exposição ao fumo do tabaco é um dos objectivos preconizados no Regime de Prevenção e Controlo do Tabagismo. O conjunto de medidas que está a ser aplicado aos casinos é custoso e revela-se incapaz quanto à protecção efectiva da saúde dos trabalhadores, isto sem falar das dificuldades na sua execução. As autoridades têm de ser determinadas na revisão imediata da lei, no sentido da concretização, já no próximo ano, da plena proibição de fumar nos casinos, com vista a que a proibição de fumar se verifique em todos os recintos públicos fechados.

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 16.10.2014

O Conselho do Planeamento Urbanístico, criado ao abrigo da Lei do Planeamento Urbanístico, que entrou em vigor em Março do corrente ano, começou a funcionar no início de Abril, cabendo ao qual emitir pareceres no âmbito dos procedimentos de elaboração, execução, revisão e alteração dos planos urbanísticos, bem como no âmbito dos procedimentos de emissão das plantas de condições urbanísticas.

Até à presente data, o Conselho já se reuniu por mais de dez vezes, apenas para emitir pareceres sobre plantas de condições urbanísticas, não tendo procedido ainda a qualquer discussão sobre a estratégia de desenvolvimento urbanístico, plano director ou planeamento das zonas do território. Segundo alguns membros desse órgão, o Conselho é chamado para emitir parecer sobre plantas de condições urbanísticas pontuais e, uma vez que se desconhecem pormenores do conceito do original planeamento urbanístico e da actual situação de zonamento, dificilmente consegue assumir uma posição totalmente objectiva, sendo ainda mais difícil desenvolver o seu papel de analisador crítico do planeamento urbanístico! Alguns até entendem que as autoridades, ao pedirem ao Conselho e ao público para se pronunciarem sobre plantas de condições urbanísticas, antes de divulgarem o planeamento das diversas zonas do território, é porque consideram essas duas figuras como se fossem uma chancela.

A elaboração da Lei do planeamento urbanístico teve por objectivo criar regras para o planeamento e a construção urbana, e reforçar a participação pública e o grau de transparência das coisas, restringindo assim o poder discricionário dos dirigentes do Governo, o que é muito importante para o desenvolvimento sustentável de Macau. Mas, até à presente data, para além da Taipa, o Governo não divulgou ainda quaisquer orientações relativas a planos básicos, muito menos outros planos, incluindo a divisão urbana das zonas. Quantas zonas estão ainda por planear? Ninguém sabe. Assim sendo, como é que o Conselho do Planeamento Urbanístico e a população podem proceder a uma avaliação objectiva e imparcial sobre as plantas dos planos quer director quer de pormenor?

Além disso, afirmou a Administração que ia proceder, nos finais deste ano, a estudos sobre as estratégias para o futuro desenvolvimento de Macau e activar os trabalhos preliminares para a elaboração do plano director, para depois avançar de imediato com a elaboração dos planos de pormenor de cada zona urbana, sobretudo das zonas dos novos aterros e do Centro Histórico, com carácter prioritário.

O plano director é a base e o quadro para o futuro planeamento urbanístico de Macau, portanto, tem que ter o reconhecimento e o apoio suficiente por parte da população. Antes da sua elaboração, há que submetê-lo a uma ampla e profunda auscultação pública. O Conselho do Planeamento Urbanístico é um órgão consultivo legal, as reuniões abertas e o mecanismo para a recolha de opinião

pública, inovações implementadas por esse Conselho, merecem o nosso reconhecimento, mas, para conseguir surtir o devido efeito, a Administração tem que aproveitá-las devidamente e divulgar as actuais orientações relativas a planos de diferentes zonas, pois só assim é que a população vai conseguir estar a par da situação real e oferecer os seus contributos, concretizando uma verdadeira governação transparente.

IAOD dos Deputados Kou Hoi In e Cheang Chi Keong em 16.10.2014

Na 8.^a Reunião Ministerial do Turismo da APEC que teve lugar no passado mês, ao proferir o seu discurso, o Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado da RPC, Wang Yang, destacou que o Governo Central vai envidar todos os esforços para transformar Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer e promover o desenvolvimento diversificado da economia. Durante um encontro com Chui Sai On, este afirmou também que o Governo da RAEM está empenhado nessa transformação e na plataforma de serviços económicos e comerciais entre a China e os Países Lusófonos; e destacou a importância do desenvolvimento diversificado da economia, afirmando que vai incrementar a cooperação regional.

O Governo Central tem vindo a prestar especial atenção ao desenvolvimento diversificado das indústrias de Macau. Em termos de promoção do desenvolvimento diversificado da economia, o Governo da RAEM afirma que está a envidar grandes esforços no desenvolvimento do turismo, e no apoio ao sector das convenções e exposições e às indústrias culturais e criativas. Com a definição do rumo das políticas, cremos que é possível contribuir para promover o desenvolvimento diversificado da economia, mas nesta fase ainda não há efeitos nenhuns. Não é possível a cooperação regional produzir efeitos num curto espaço de tempo, pois Macau e a China ainda se encontram em fase de adequação. O Governo deve ter planos para alcançar o objectivo de desenvolvimento diversificado da economia, senão a “diversificação” não passa de um mero *slogan*.

Face ao actual ambiente económico de Macau, pode constatar-se claramente que o jogo é o sector predominante e que a maior parte das receitas fiscais globais está dependente do jogo, o que leva à nossa estrutura económica ter apenas uma única indústria. Mas, na realidade, o sector do jogo impulsionou ao mesmo tempo o desenvolvimento de outros ramos de actividade, tais como, hotéis, restauração, venda a retalho, trânsito, transportes, logística, etc. Vou citar como exemplo os hotéis: em 2002, o rendimento bruto desse sector atingiu 1535 milhões de patacas; em 2012, atingiu 21 930 milhões de patacas, isto é, num período de 10 anos, registou-se um aumento de cerca de 15 vezes. Um outro exemplo, a venda a retalho: em 2003, a venda total atingiu 6 270 milhões de patacas; em 2013, atingiu os 66 040 milhões de patacas, registando-se, num período de 10 anos, um aumento de mais de 10 vezes. Segundo estes dados, pode constatar-se que, para além do sector do jogo, outros ramos de actividade estão também a aumentar de forma contínua. Na estrutura económica de Macau não existe apenas o jogo, porque existem ramos de actividade, só que não conseguiram ainda transformar-se em indústrias diversificadas.

Propomos ao Governo que aproveite a oportunidade da avaliação do desenvolvimento do sector do jogo, a realizar no próximo ano, para ajustar de forma pragmática a dimensão do desenvolvimento deste sector; reforçar a sua fiscalização; solicitar às concessionárias do jogo para aumentarem a proporção dos factores sem características do jogo; desenvolver outras indústrias através de políticas; e promover a diversificação adequada da economia, por forma a transformar Macau numa cidade turística com turismo, jogo, convenções e exposições, indústrias culturais e criativas, compras e gastronomia, facto que se coaduna com o objectivo de transformar Macau num “Centro Mundial de Turismo e Lazer”. Deve-se reflectir a “diversificação” de Macau seguindo este posicionamento.

Para concretizar a diversificação da economia, as PME têm um peso primacial. As actividades exploradas pelas PME devem ser diversificadas, mas como é que se vai transformar em indústrias as que tenham mais potencialidade e vantagens? Isto tem de contar com os apoios e a promoção do Governo, através do lançamento de políticas e medidas. Sugiro ao Governo que aproveite as actividades que as PME estão já a explorar e que tenham mais possibilidades de se desenvolver, apoiando-as e convertendo-as em indústrias.

Por exemplo, os sectores da restauração e do turismo: o Governo pode pensar em articulá-los para a construção de Macau como cidade de gastronomia e cultura histórica. Como sabemos, com mais de 400 anos de História, Macau é uma cidade com características culturais ocidentais e orientais, dispõe de elementos turísticos abundantes e de uma aparência moderna e antiga. Admito que estes elementos podem ser articulados com a gastronomia e, se o Governo der apoios e incentivos para este caminho, formará assim uma indústria conjunta de restauração e turismo. Isto também pode beneficiar o alargamento dos restaurantes locais e até criar marcas.

Por outro lado, ao olharmos para o Programa Político Eleitoral do Chefe do Executivo, Chui Sai On referiu que ia criar a Comissão do Centro Mundial de Turismo e Lazer e ser o respectivo presidente, visando planear o objectivo do desenvolvimento global. Quanto a isto, damos toda a nossa concordância e solicitamos à referida comissão que defina medidas de curto, médio e longo prazo e, simultaneamente, se esforce por construir o Centro Mundial de Turismo e Lazer e reforce a promoção da diversificação da economia, com vista a permitir que Macau se desenvolva de forma sustentável, passando a ser uma cidade multicultural.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 16.10.2014

Há dias, realizou-se em Cantão a sessão de altos responsáveis do Fórum de Cooperação Económica e Comercial da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, onde as províncias e regiões do bloco “9+2” abordaram o novo rumo de desenvolvimento e cooperação da Região, e assinaram uma declaração conjunta para aprofundamento dessa cooperação (2015-2025), tanto a nível económico, comercial, financeiro, como ainda no âmbito das convenções e exposições. E durante a 8.ª Reunião Ministerial do Turismo da APEC, que teve lugar em Macau há um mês, os membros foram incentivados a reforçar a cooperação no âmbito da exploração turística, marketing e promoção, intercâmbio e integração cultural, etc.. Tudo isto vai contribuir, sem dúvida, para promover a intensificação da cooperação entre Macau e as outras regiões, e vai acarretar maior espaço e mais oportunidades para a diversificação adequada da economia de Macau. Devemos então agarrar, em tempo útil, as oportunidades de cooperação regional, e ser mais proactivos no colmatar das insuficiências a nível quer do software quer do hardware, no sentido de alargar o nosso próprio espaço e reforçar a nossa posição estratégica no desenvolvimento regional, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável da economia e dos diversos sectores de Macau.

Já foi definido o posicionamento de Macau enquanto centro de turismo e de lazer a nível mundial, posicionamento esse que tem impacto profundo para o seu desenvolvimento social. O aperfeiçoamento das instalações complementares de turismo e lazer é indispensável a curto prazo, e numa perspectiva de longo prazo, o Governo deve começar por ponderar sobre como alcançar o objectivo da transformação em centro de turismo e de lazer a nível mundial. Deve ainda, com base no desenvolvimento demográfico e no planeamento urbanístico, proceder à avaliação global da capacidade de recepção de turistas dos diversos bairros comunitários e da perfeição das instalações complementares de turismo e lazer, indicando expressamente as insuficiências e deficiências existentes no sector, bem como as medidas a adoptar para as resolver. Deve ainda aproveitar plenamente as vantagens decorrentes da cooperação regional e a complementaridade de recursos dos territórios vizinhos, com vista a definir estratégias e planos a curto, médio e longo prazos para a construção dum centro de turismo e de lazer a nível mundial. O congestionamento do trânsito e o

aumento de turistas dificultam a vida da população, portanto, deseja-se que a cooperação regional contribua para resolver estes problemas e para disponibilizar novos espaços habitacionais para a população.

Com a concretização do CEPA, das Linhas gerais do planeamento para a reforma do desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas e do Quadro de cooperação entre Guangdong e Macau, entre outros, a integração de Macau na cooperação regional vai ser acelerada e densificada, traduzindo-se numa maior exigência ao nível do desenvolvimento de talentos. A fim de conseguirem recolher dados para a formação de um banco de talentos, as autoridades desafiaram a população a inscrever-se para o efeito, através da internet. Segundo as previsões, esse trabalho deveria estar basicamente concluído em Março do próximo ano, mas devido ao número reduzido de inscritos, apenas 3 mil durante o primeiro mês, é provável que não se atinjam os objectivos definidos, afectando-se assim a recolha de dados estatísticos sobre os talentos locais e, conseqüentemente, o ritmo da definição de projectos de desenvolvimento. Espero que o Governo reforce a divulgação, com vista a poder contar com uma maior participação dos residentes, visto que estão em causa dados que constituem uma base forte para a definição das políticas da RAEM.

“Construir Macau através da formação de talentos” é o objectivo principal do Governo da RAEM, portanto, este tem de considerar a importação de talentos e, tendo em conta as necessidades do desenvolvimento a longo prazo e da cooperação regional, dar prioridade à formação dos talentos locais necessários para o progresso socioeconómico, tem de tomar medidas eficazes para construir mecanismos eficientes de longo prazo para a formação de talentos locais, estudar a criação de uma reserva de talentos, designadamente para a área da tradução chinês/português, para as indústrias culturais e criativas e para a área das exposições e convenções, de modo a satisfazer necessidades futuras e a incentivar o regresso de talentos, com vista a reforçar a competitividade de Macau. O Governo deve também acelerar a criação de regimes de acreditação profissional, alargar o reconhecimento das pessoas que passaram pela acreditação profissional na China, e formar talentos de alta qualidade reconhecida em Macau, na China Continental e internacionalmente, através da cooperação regional.

Finalmente, espero que Macau seja mais proactiva na cooperação regional, que acompanhe de perto o ritmo do desenvolvimento regional para não ser marginalizada, que reforce a sua posição estratégica no desenvolvimento regional e que promova a verdadeira diversificação da sua economia.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 16.10.2014

Rever rapidamente a lei para clarificar as situações excepcionais sobre habitação social

O candidatos a habitação social são, na sua maioria, pessoas carenciadas com baixos rendimentos. Na salvaguarda da justiça no uso daqueles recursos sociais, o Governo deve ponderar em como atender a um maior número de residentes com necessidades prementes. Há dias, foi publicada a lista provisória dos candidatos a habitação social, com 3700 candidatos admitidos e 2400 excluídos. Muitos desses excluídos vieram pedir ajuda, e alguns casos merecem de facto a nossa ponderação quanto aos requisitos para aceder igualmente a uma habitação social.

Há um caso, por exemplo, em que a esposa do requerente é residente não permanente, e a filha tem 8 anos de idade e é residente permanente. Entretanto, o requerente morreu de cancro e, como no agregado familiar não há ninguém residente permanente com 18 anos de idade, foi o agregado excluído, e está neste momento alojado num centro de sinistrados. Em princípio, embora seja residente não permanente, como a filha é residente permanente e ambas vivem em Macau deveriam poder candidatar-se. Esses casos não são poucos. Não deverá, então, o Governo aceitar também a sua candidatura?

Por outro lado, há residentes que, quando eram menores, os pais requereram os 4% de bonificação de juros. Estão agora incluídos no agregado familiar porque têm dificuldades económicas e pretendem requerer habitação social. Mas como gozaram da bonificação de juros e enquanto membros do agregado familiar, a sua candidatura não foi aceite. Para este tipo de situações, não poderá o Governo pensar em aceitar também a sua candidatura?

O artigo 8.º - “Casos excepcionais” do Regulamento Administrativo para a Atribuição, Arrendamento e Administração de Habitação Social estipula que: *“Excepcionalmente, precedendo autorização do presidente do IH, podem ser atribuídas habitações com dispensa de qualquer dos requisitos de candidatura, 1) a indivíduos ou agregados familiares que se encontrem em situação de perigo social, físico ou moral, ou quando se mostre urgente o realojamento, em casos de calamidade”*. Isto significa que, de acordo com os casos, os serviços têm a competência de tratá-los de forma flexível. Contudo, este tipo de casos nunca foi aplicado na prática.

Assim, espero que as futuras políticas governativas do Governo sejam mais humanizadas, apoiando, adequadamente, quem necessita efectivamente de ajuda, nomeadamente, os casos excepcionais. Mais, no futuro deve-se definir concretamente os tipos de “casos excepcionais” estipulados no referido artigo 8.º. Por exemplo, poderá ser o tutor provisório, sendo este residente permanente de Macau, a representar provisoriamente o agregado familiar quando os indivíduos

estipulados na alínea 1) não tenham completado os 18 anos? Ou então podemos considerar os métodos aplicados em Hong Kong, onde se estipula que: quando se reúne todos os outros requisitos, os agregados familiares têm novamente o direito de candidatar-se às habitações sociais, quando for declarado em “tribunal que entraram em falência, estão com dificuldades financeiras e que necessitam de apoio económico, e alterações adversas no agregado familiar, nomeadamente, divórcio e morte do ganha-pão da família”.

IAOD da Deputada Chan Hong em 16.10.2014

Para elevar o nível profissional, implementar o plano de organização da carreira e assegurar as garantias dos docentes, aprovou a Assembleia Legislativa, em 2010, a Lei n.º 12/2010 (*Regime das carreiras dos docentes e auxiliares de ensino das escolas oficiais do ensino não superior*). O empenho e as garantias dos docentes das escolas públicas ficaram salvaguardados na lei, mas a verdade é que, decorridos quatro anos sobre a data da sua vigência, o regime de avaliação do desempenho e as normas específicas sobre as actividades de desenvolvimento profissional estão ainda por definir, o que em nada beneficia a formação da equipa de docentes. Espero que as autoridades auscultem as opiniões e recolham as sugestões dos docentes das escolas públicas para activar, quanto antes, o processo legislativo, divulgando o ponto de situação dos respectivos trabalhos e as respectivas matérias.

Além disso, entendem os docentes das escolas públicas que o “*Estatuto do pessoal docente da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude*”, aprovado em 1999, deve ser integralmente revisto, uma vez que algumas das suas normas já se encontram desactualizadas. A título de exemplo, determina o referido estatuto que a componente lectiva do pessoal docente do ensino secundário é de 22 horas lectivas semanais, do ensino primário, de 24 horas, e da educação pré-escolar e ano preparatório para o ensino primário, de 28 a 30 horas. Verifica-se um desajustamento em relação à componente lectiva do pessoal docente das escolas particulares, fixada no “*quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior*”, segundo o qual, a componente lectiva do pessoal docente do ensino secundário é de 16 a 18 horas lectivas semanais, do ensino primário, de 18 a 20 horas, e da educação pré-primária, de 21 a 23 horas, o que bem mostra que a carga lectiva do primeiro é mais pesada do que a do último. A redução da componente lectiva do pessoal docente visa, sobretudo, dar mais tempo para que este possa prestar a devida assistência aos alunos, quer nos estudos, quer na vida, prestando-lhes os devidos cuidados, tanto mais que recai sobre os docentes das escolas públicas a responsabilidade pela prestação de apoio a alunos com necessidades especiais. Portanto, se o referido estatuto não for revisto quanto antes, é injusto tanto para o pessoal docente como para os alunos das escolas públicas, por isso entendo que as autoridades o devem fazer com a maior brevidade possível, bem como consultar e permutar ideias e opiniões com os docentes, especialmente sobre a vertente relativa à componente lectiva, de forma a poder terem mais tempo para apoiar os alunos, elevando a qualidade do ensino.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 16.10.2014

O complexo habitacional de Seac Pai Van é o maior empreendimento de habitação pública totalmente financiado pelo Governo, alberga 60 mil pessoas e oferece um ambiente residencial óptimo, incluindo transportes e instalações sociais. Com o aumento dos moradores nesta zona comunitária, vão ser necessários cada vez mais serviços complementares. De facto, o Governo está a construir com bastante rapidez as instalações necessárias e a ajustar os serviços de acordo com as necessidades, contudo, ainda não consegue satisfazê-las, e quanto às instalações, também não conseguem dar resposta às necessidades do dia a dia dos residentes.

Em primeiro lugar, segundo a actual política do Governo, as habitações públicas são distribuídas de acordo com 3 critérios: agregado familiar nuclear, agregado familiar não nuclear e candidato individual; os idosos e os deficientes têm prioridade, por isso, os residentes são, na sua maioria, carenciados, nomeadamente, idosos, deficientes e viúvos. Atendendo às características destes grupos de pessoas, o desenvolvimento da zona vai ser afectada, pois falta vitalidade tanto no ambiente quotidiano como no ambiente comercial, e isso não é de todo benéfico para o desenvolvimento diversificado daquela zona a longo prazo.

Em segundo lugar, os residentes daquela zona estão a sofrer limitações, nomeadamente, no que concerne à falta de instalações na área dos cuidados de saúde, da alimentação e dos transportes, uma vez que o Governo não procedeu atempadamente ao ajustamento entre os serviços e as instalações necessárias.

Quanto aos cuidados de saúde, a maioria dos moradores é idosa e portadora de deficiência, e vários sofrem de doenças crónicas, no entanto, existe apenas um posto de saúde provisório que só presta serviços através de marcação, portanto, não oferece consultas externas, serviços de urgência nem consultas de especialidade. Também só fornece medicamentos sujeitos a prescrição médica, e como ainda não existem farmácias no local, os moradores não conseguem comprar os medicamentos que costumam tomar.

Diz o ditado que ninguém vive sem comer. Os moradores de Seac Pai Van já lá moram há mais de ano e meio, no entanto, são poucas as lojas e as opções, porque o consumo é relativamente baixo e alguns lojistas, devido ao valor das rendas, entre outros factores, ainda não iniciaram negócio, e as autoridades, por seu turno, também não adoptaram medidas para os apoiar e incentivar. Existe apenas um grande supermercado em Seac Pai Van, e como falta concorrência, não há direito de escolha, obrigando-se os residentes a aceitarem preços relativamente elevados.

Quanto à habitação, registaram-se irrazoabilidades de concepção, caso da construção em forma de curva do Edifício Lok Kuan, que afecta a ventilação no

interior das habitações, pois segundo alguns moradores, no lobby, nos elevadores, nos corredores e mesmo dentro de casa sente-se o ar abafado. Para além disso, as paredes já têm rachas e há indícios de infiltração de água, e como faltou coerência na concepção das passagens pedonais e pavimentos tácteis, os moradores vêm-se afectados nas suas deslocações. As autoridades devem aprender com a experiência e elevar a qualidade da concepção e construção de futuras habitações, bem como assumir devidamente as suas responsabilidades de fiscalização das obras, com vista à utilização racional do erário público e a acabar de vez com as preocupações da população.

Até ao aperfeiçoamento das instalações necessárias ao quotidiano dos residentes desta zona, estes só podem deslocar-se recorrendo a meios de transporte. O problema mais evidente em Seac Pai Van também é o dos transportes. Os serviços competentes já criaram carreiras expresso, a 22F, 25F e 59, mas mesmo assim, os residentes continuam a ter dificuldades. O Governo deve então proceder à contínua optimização e a ajustamentos dos itinerários e da colocação das paragens de autocarros. Os serviços competentes tinham planos para criar, em Julho, uma carreira expresso entre “Seac Pai Van e a Barra”, mas nada foi ainda concretizado. E se os residentes precisarem de ir ao Hospital Conde S. Januário têm de mudar de autocarro, por isso, sugiro aos serviços competentes que avancem com a criação de uma carreira expresso entre Seac Pai Van e o hospital, com vista a dar resposta às necessidades dos residentes.

No pressuposto de garantir a utilização racional do erário público, os serviços competentes devem estar atentos às necessidades básicas e materiais dos residentes, mas têm também de agir no plano do imaterial, ou seja, na construção de um paraíso residencial para os idosos. Em Seac Pai Van não existem variadas instalações e as actividades que ali se realizam também não são diversificadas, por isso, os idosos parecem estar a viver cercados numa fortaleza. Perante isto, os serviços competentes devem colaborar com as mais diversas associações na organização de actividades de entretenimento e lazer, e ainda criar mais instalações destinadas aos idosos, com vista a satisfazer as diferentes necessidades dos residentes daquela zona.

Em suma, os serviços competentes devem começar a trabalhar assumindo como premissa a política e planeamento da habitação pública, deve ajustar em tempo oportuno a política da sua distribuição e dispor de planeamento a curto, médio e longo prazos. Com vista a criar uma zona residencial verde, confortável e cómoda, há que, quanto antes, planear as instalações públicas necessárias, aperfeiçoar as infra-estruturas, e elevar a qualidade dos serviços, com vista a satisfazer as necessidades materiais e imateriais dos residentes. Enquanto Governo defensor do lema “servir melhor o cidadão”, deve ser mais proactivo no estudo e descoberta de novas modalidades de desenvolvimento, e preparar-se bem antes da “chuva e da trovoadas”, no sentido de planear melhor quer a construção dos complexos de habitação pública quer a criação de novas zonas, assumindo sempre uma visão prospectiva.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 16.10.2014

Nos últimos anos, o Governo da RAEM mobilizou enormes recursos para o sistema de saúde, a fim de mudar a má impressão da população sobre as insuficiências dos serviços prestados por este sector, mas, mesmo assim, continua a população a entender que os serviços públicos de saúde estão aquém das expectativas da sociedade. É inegável que o desenvolvimento do sector da saúde de Macau não consegue ainda responder às necessidades sociais, isto porque existem insuficiências e falhas no plano de saúde delineado pela Administração, afectando assim o ingresso de novo pessoal e a reforma do sector. Mas, para a entidade pública de saúde, as insuficiências deveram-se à subida contínua do número de pacientes e dos inúmeros casos de utilização indevida dos serviços. É por isso que é cada vez maior a angústia da população!

Gostaria então de apresentar as seguintes opiniões e sugestões:

1. Como antigamente não havia em Macau um serviço nocturno de consulta externa, a população era obrigada a recorrer ao serviço de urgência, causando a subida do número de casos de utilização indevida dos serviços de saúde pública. Mas, desde finais do ano passado, começou o Centro Hospitalar a prestar o serviço de consulta externa de 24 horas e, antes disso, o horário de funcionamento dos centros de saúde já tinha sido prolongado, bem como havia serviço nocturno prestado pelas entidades privadas, portanto, devia já estar resolvido o problema de utilização indevida dos serviços.

Mas, quanto à questão do longo tempo de espera por uma consulta médica, respondeu recentemente a Administração que já tinha implementado várias medidas para responder às necessidades da população, só que, como a rede dos serviços de saúde é muito abrangente e o número de pessoas que gozam de serviços gratuitos é relativamente alto, isto vem piorar o tal problema de utilização indevida. Creio que o serviço de urgência das entidades públicas, onde normalmente o utente precisa de levar várias horas para ser tratado, não pode ser considerado como conveniente. Assim sendo, porque é que continuam os cidadãos a recorrer a este serviço do hospital público? A Administração sabe, de facto, qual a verdadeira razão?

Quanto a isto, salientou a Administração que, “quanto mais convenientes forem os serviços, mais fácil é haver utilização indevida”. Este tipo de conclusão é como atribuir, simples e injustamente, a culpa à população. Por conseguinte, solicito à Administração que estude e procure saber qual o “núcleo” dos problemas, para depois poder implementar medidas que possam, de facto, responder às necessidades da população, reveja os actuais serviços prestados pelas entidades de saúde públicas e colmate as insuficiências registadas. A Administração não pode continuar a invocar o número de pacientes para se esquivar às questões.

2. Verifica-se uma ruptura no pessoal médico em Macau, sobretudo de

especialistas. Na ginecologia e obstetrícia, por exemplo, muitas grávidas dizem que não conseguem marcar, a tempo, os exames pré-natais. Segundo as autoridades, a mobilidade do pessoal dessa área é grande, e já estão a ser contratados médicos ao exterior. O Governo manifestou várias vezes que faltam médicos especialistas no sector público, daí a necessidade de recrutar pessoal ao exterior, o que revela uma evidente ruptura no sistema público de saúde. Face à falta de pessoal médico, há quem sugira que se crie uma faculdade de medicina em Macau, mas tal não deixa de ser um plano de longo prazo, que não resolve o problema actual, face ao aumento demográfico e à conclusão, em 2019, de vários projectos na área da saúde. Assim, sugiro que a faculdade de medicina a criar seja posicionada como uma base para a localização dos licenciados em medicina no exterior, e para a formação de pessoal médico especialista, por forma a melhor preparar o regresso a Macau dos licenciados, a par de elevar a iniciativa na formação de especialistas, atenuando assim o impacto causado pela mobilidade de pessoal. Há que acelerar também a criação do regime de certificação profissional e a reforma da saúde, com vista a atrair o regresso de talentos.

3. O Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas é um importante marco para o desenvolvimento dos cuidados de saúde de Macau, que vai poder satisfazer as necessidades dos próximos 25 a 30 anos, para além de aumentar a capacidade de atendimento no COTAI. Mas, segundo as autoridades, o Complexo só estará concluído em 2017. Ou seja, nos próximos três anos, os moradores das Ilhas vão ter que continuar a receber os cuidados diferenciados na Península, por isso, o Governo deve reforçar as funções e o apoio prestado pelo Serviço de Urgências da Taipa, e aumentar as respectivas carreiras de autocarros, por forma a resolver as dificuldades dos moradores das Ilhas. Há que fiscalizar ainda o andamento das obras do referido Complexo, com vista a assegurar a sua conclusão atempada.

10IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 16.10.2014

O Governo divulgou, recentemente, a lista provisória dos candidatos ao concurso de habitação social de 2013, e dos mais de 6 000 boletins de candidatura apresentados, foram admitidos 3 724. Este concurso suscitou a atenção da sociedade, pois 20% dos candidatos têm idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos, e 60% deles preenchem os requisitos e são estudantes sem rendimentos.

Como todos sabem, a habitação social não é para todos, pois tem como objectivo principal salvaguardar as necessidades habitacionais das camadas sociais mais desfavorecidas e dos residentes com baixos rendimentos. Os jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos são, normalmente, estudantes ou estão a iniciar a sua vida profissional, e na sua maioria vivem com a família. Portanto, devem concentrar-se nos estudos e no aumento das suas capacidades técnicas, com vista a estarem bem preparados para o ingresso no mercado de trabalho e para poderem progredir profissionalmente. Portanto, neste momento não devem preocupar-se com a habitação nem em conseguir uma habitação social, fazendo concorrência às camadas sociais mais desfavorecidas. Na minha opinião, este fenómeno não é saudável e temos de perceber qual é a sua razão.

Toda a gente quer ter uma casa agradável. Mas os preços dos imóveis privados têm aumentado estupidamente, e a capacidade aquisitiva dos residentes fica muito aquém do desejado, daí a necessidade premente de conseguir uma habitação pública. Apesar disso, os concursos não são periódicos, os requerentes não sabem quando é que são atribuídas as casas, e como a procura é maior do que a oferta, a concorrência é sempre enorme, com alguns dos concorrentes a serem excluídos logo na fase da pontuação. Para além disso, o Governo não dispõe de uma política de longo prazo, limita-se a oferecer fracções públicas como quem espreme um tubo de pasta de dentes. Tudo isto demonstra que a sua política de habitação e respectiva legislação não conseguem satisfazer, de modo algum, as necessidades do desenvolvimento social. A promessa governativa “Habitação para todos, bem-estar para todos” é um cheque sem cobertura, que deixa os residentes decepcionados e descontentes. Segundo os dados republicados pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, no segundo trimestre deste ano, o preço médio por metro quadrado (área útil) das fracções autónomas habitacionais transaccionadas atingiu 111.542 patacas, representando um acréscimo de 25% em termos trimestrais, e o preço médio por metro quadrado das fracções autónomas habitacionais de edifícios em construção atingiu 185.886 patacas, representando um aumento de 48%. Perante estes preços, a classe média sente grande pressão e os jovens cuja capacidade económica é fraca sentem-se incapazes e ficam inquietos. Os jovens são quem tem capacidade para progredir profissionalmente, mas limitam-se a requerer uma habitação pública, uma situação cuja culpa deve ser atribuída ao fracasso da política de habitação do Governo da RAEM .

Por isso, a principal tarefa da equipa governativa do 4.º Governo da RAEM é resolver, quanto antes, o problema da habitação, que tem vindo a suscitar um enorme descontentamento entre a população. Na minha opinião, nos próximos cinco anos o Chefe do Executivo tem de liderar a sua equipa governativa na concretização efectiva do seu programa eleitoral no que respeita à “Habitação”, mostrando com actos concretos a sua determinação em transformar Macau numa cidade com condições para habitar. Apelo então ao Governo para rever a sua política de habitação pública, que atribui “à habitação social um papel principal, e à habitação económica um papel secundário”, e para proceder à introdução atempada dos necessários reajustamentos. Deve também ser acelerada a revisão legislativa sobre a habitação económica e a habitação social, com vista a colmatar as injustiças e irrazoabilidades do actual regime de habitação pública. O Governo deve esforçar-se por concentrar os recursos de terrenos e criar, cientificamente, uma reserva de terrenos. Para além da construção das 6 800 fracções autónomas projectadas no plano a curto e médio prazos, e das 28 mil fracções na zona A dos novos aterros, há que maximizar o aproveitamento dos terrenos ocupados ilegalmente ou vagos e que foram recuperados para a construção de habitações públicas, com vista a assegurar a oferta contínua de habitações e a satisfazer as necessidades da sociedade. O Governo deve definir uma política clara e de longo prazo para a habitação pública, e reajustar adequadamente o mercado imobiliário privado, com vista a que os preços dos imóveis regressem para níveis acessíveis à população. Deve ainda resolver as necessidades de habitação das diferentes camadas da população e concretizar o compromisso governativo de proporcionar “uma habitação para todos”. Apenas deste modo haverá estabilidade de governação e prosperidade para Macau, caso contrário, mesmo que os indicadores económicos sejam os melhores e o montante da comparticipação pecuniária aumente, dificilmente se conseguirá acalmar a agitação social resultante da forte procura de habitação.

IAOD da Deputada Chan Melinda Mei Yi em 16.10.2014

ASSUMIR O COMPROMISSO DA ACÇÃO GOVERNATIVA, ELEVAR A CAPACIDADE DE GOVERNAÇÃO

Inicia-se hoje uma nova sessão da Assembleia Legislativa, e tendo sido eleito o novo Chefe do Executivo, está também para breve a tomada de posse dos titulares da equipa do 4.º Governo da RAEM. Aquando da sua campanha eleitoral, enquanto candidato, o Chefe do Executivo discursou sobre as condições de habitação, o desenvolvimento, o carinho e a governação, para apresentar a sua filosofia de governação. Tanto a população como as associações deram as suas opiniões e, segundo os números do gabinete do candidato a Chefe do Executivo, foram recebidas 92 mil sugestões e também resultados de inquéritos de mais de uma centena de associações, o que revela a grande esperança que a sociedade deposita no novo Governo da RAEM. Deste modo, sugiro que a entidade governamental competente organize bem todas essas sugestões apresentadas, definindo melhor o trabalho de governação para os próximos cinco anos. Através da definição mais detalhada do trabalho, deve-se concretizar o enquadramento geral da política governativa apresentada pelo Chefe do Executivo, de uma forma planeada e progressiva, de modo a que a filosofia delineada por ele seja efectivamente concretizada.

A esse respeito, considero que deve ser dada especial atenção aos seguintes aspectos:

1. *Necessidade de se acelerar a reforma administrativa.* O Chefe do Executivo tem vindo a reiterar a “transparência do Governo” como objectivo da sua política governativa. Para o conseguir, é necessário aperfeiçoar o regime da Administração Pública, particularmente através de uma maior fiscalização sobre o Governo, elevando a eficiência administrativa e a capacidade governativa. Segundo a Lei Básica, o Governo usufrui do direito exclusivo à proposta legislativa sobre “receitas e despesas públicas, a estrutura política ou o funcionamento do Governo”, por isso, espero que o Chefe do Executivo promova o aperfeiçoamento do regime da Administração Pública, facilitando a fiscalização das despesas do Governo pela Assembleia Legislativa, reforçando deste modo o seu papel de supervisão. Por outro lado, o Governo deve também melhorar o sistema de controlo da eficiência administrativa, assim como a responsabilização dos dirigentes do Governo.

2. *Melhoria do regime jurídico.* A maioria dos diplomas do ordenamento jurídico vigente de Macau foi publicada antes da transferência de poderes, sendo isto o que acontece, por exemplo, com os principais Códigos. Apesar de ter havido algumas revisões dos artigos, porém, não se procedeu a uma revisão e aperfeiçoamento sistemático dos diplomas, em resultado da sua aplicação na realidade ao longo dos quinze anos desde a transferência. Antes da transferência

de poderes, aplicava-se em Macau o Direito colonial, e a adequação do ordenamento jurídico ao princípio de “Macau governado pelas suas gentes” teve como resultado inevitável a produção de diplomas legais de uma forma apressada e omissiva. Deste modo, espero que o Governo efectue um balanço da aplicação das leis ao longo destes últimos quinze anos, activando atempadamente o processo de revisão das leis e dos códigos legislativos, para uma melhor adequação ao desenvolvimento social e económico.

3. *Aprofundamento da cooperação regional e impulsionamento da diversificação adequada da economia.* No programa político do Chefe do Executivo, refere-se a “criação da Comissão do Centro Mundial de Turismo e Lazer”, o “planeamento dos objectivos de desenvolvimento global, a criação de planos de médio e longo prazos e a concretização das respectivas medidas”. Na realidade, o Governo da RAEM já tinha afirmado há vários anos que ia criar o “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, mas os resultados estão ainda aquém das expectativas. Espero que, no futuro, o Governo da RAEM consiga concretizar os respectivos trabalhos, aproveitar a cooperação internacional e o desenvolvimento regional e, ainda, tendo em conta os objectivos da criação do “Centro Mundial de Turismo e Lazer” e de “três centros e uma plataforma para os Países de Língua Portuguesa”, etc., realizar as respectivas medidas, em prol do impulsionamento eficaz do desenvolvimento da diversificação adequada da economia.

4. *Aperfeiçoamento do bem-estar da população e concretização da concepção de mecanismos eficazes de longo prazo.* Nas LAG de 2013, refere-se a criação de: “protecção social”, “sistema de saúde”, “sistema de educação” e “protecção a nível de habitação”, isto é, 4 mecanismos eficazes de longo prazo. Mas, até ao momento, os 4 grandes mecanismos não são ainda de longo prazo, eficazes e estáveis, ou seja, não são ainda regimes que consigam acalmar os cidadãos. No futuro, o Governo deve deixar a sua filosofia de resolver os problemas de forma paliativa. Deve, pelo contrário, tendo em conta os factores de longo prazo, estabilidade e eficácia, definir políticas eficazes de longo prazo para a gestão social e o bem-estar da população.

O mandato do novo governo da RAEM vai ter início muito em breve. Espero que, nesse período em que se inicia uma era de reforma e inovação, ficando para trás o passado e abrindo caminho ao futuro, o Governo consiga concretizar as promessas das LAG, acolher as opiniões da sociedade, adoptar medidas pragmáticas e eficazes, e elevar quanto antes a capacidade de governação, em prol do bem-estar da população.

IAOD do Deputado Leong Veng Chai em 16.10.2014

A questão das infiltrações de água

Com o envelhecimento dos prédios em Macau, estão sempre a surgir problemas estruturais no interior dos mesmos. Como não existe em Macau um mecanismo de obrigatoriedade de inspecção dos prédios, alguns problemas potenciais não podem ser oportunamente descobertos e, quando o são, já é muito tarde e a situação já piorou. De entre estes problemas, o que mais afecta a vida da população são as infiltrações de água.

O meu gabinete já recebeu muitas queixas de residentes sobre estas infiltrações e indicaram que, após as queixas apresentadas, as tarefas de inspecção nos prédios demoram muito tempo a concluir, levando de um mês até vários meses. Durante este período, os moradores continuam a sofrer as consequências negativas resultantes das infiltrações, incluindo águas estagnadas, desprendimentos nas paredes e bolor, etc. O ambiente habitacional torna-se péssimo e, apesar disso, os moradores ainda precisam de suportar as despesas para reparar a casa. Além disso, ainda que se concluam as tarefas de inspecção, alguns dos responsáveis pelas infiltrações recusam a reparação da casa do vizinho, o que afecta gravemente a sua vida e a higiene ambiental de todo o edifício. Contudo, os serviços competentes só podem fazer uma pequena advertência, mas isto nunca é eficaz para exigir aos culpados a reparação da casa do vizinho, tudo isto levando à perda de confiança, por parte dos residentes, nas tarefas do Governo. Assim, os moradores afectados só podem recorrer à acção cível para serem indemnizados pelos seus prejuízos, mas muitos deles optam por não avançar, em virtude do prolongamento dos eventuais processos e das respectivas custas, isto é, não podem avançar nem recuar.

Actualmente, estão no Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios cerca de mil casos com as tarefas de inspecção já concluídas, mas em que a casa continua por reparar. Em comparação com o ano de 2013, em que se registaram 900 casos, a tendência parece ser de subida. Devido à questão das competências, os serviços não podem fazer nada em relação à referida matéria. Se o Governo não regular isto, a situação irá agravar-se, por isso, as autoridades devem acelerar a revisão das leis correspondentes, permitindo a intervenção dos poderes públicos, para que os culpados assumam a devida responsabilidade de proceder às reparações.

IAOD do Deputado Sio Chi Wai em 16.10.2014

Mensagem que se retira do “Occupy Central” em relação ao princípio “um país, dois sistemas”

A Lei Básica da RAEM, que tem por base legal a Constituição Chinesa, é uma lei nacional emanada pela APN. Sob o princípio “um país, dois sistemas”, há que respeitar o poder do Governo Central sobre Macau e o estatuto constitucional da Lei Básica, pois só assim é que se contribuirá para a prosperidade e a estabilidade permanentes de Macau.

Ter noções e consciência sobre a Constituição do país e a Lei Básica é benéfico para a boa concretização de “um país, dois sistemas”. Quando o cumprimento da Constituição e da Lei Básica se encontra consciencializado na sociedade, estarão consolidadas as bases para a formação do amor à Pátria e a Macau, impulsionando todos os sectores sociais para uma plena e correcta interpretação da Lei Básica, enquanto fundamento para a produção legislativa da RAEM, bem como para o inculcar e o reforçar das noções sobre o primado da lei. O desenvolvimento do sistema político tem de ser gradual e progressivo, e requer esforços conjuntos da sociedade. Será concretizado paulatinamente, no respeito pelo primado da lei e mediante amplo diálogo e debates racionais.

Estamos no 15.^o ano do retorno de Macau à Pátria. Das diversas experiências se pode retirar que, desde que sejamos firmes com a Lei Básica, sob o apoio do Governo Central e o espírito de amor à Pátria e a Macau por parte da população, o princípio “um país, dois sistemas” será concretizado com sucesso. Fazendo uma retrospectiva, podemos verificar que, após o retorno à Pátria, a economia e a sociedade de Macau desenvolveram-se rapidamente, sobretudo nestes últimos anos, vantagens decorrentes do princípio “um país, dois sistemas”, que experienciamos pessoalmente.

Podemos constatar os frutos obtidos pela política “um país, dois sistemas”, na resolução dos riscos e desafios relevantes surgidos, nomeadamente, no surto da epidemia da pneumonia atípica, na eclosão do “tsunami financeiro”, etc.

Há dias, teve início o movimento ilegal “Occupy Central”, em Hong Kong, um meio usado por manifestantes para lutar pela democracia através do impacto na ordem social normal, da paralisia do trânsito e da perturbação da vida dos restantes residentes de Hong Kong, que certamente está a prejudicar gravemente a economia, a vida, o trânsito, a harmonia social, a imagem internacional, a relação entre Hong Kong e o Governo Central, etc. Consequentemente, a sociedade de Hong Kong terá de pagar caro por tudo isto.

Perante a situação de Macau, o Estado de Direito é o nosso máximo interesse público, a população de Macau deve estar consciencializada sobre isto,

e perceber e apoiar o Governo da RAEM para a concretização da sua governação de acordo com a lei, assim como respeitar a actuação do Governo em cumprimento das suas atribuições. Sabe-se que tudo isto assenta na protecção dos interesses fundamentais dos cidadãos de Macau.

O amor pela Pátria e por Macau foram desde sempre a base social do sistema jurídico da RAEM. É preciso ponderar, portanto, a consolidação e o desenvolvimento dessa base social de amar a Pátria e Macau. Tendo em conta o processo de desenvolvimento dos diferentes países e regiões, após o rápido desenvolvimento da sociedade, os jovens perderam, de um modo geral, os seus objectivos de vida. Para além disso, vivemos na era da Internet, em que as informações são facilmente distorcidas e o pensamento é muitas vezes unilateral, pelo que facilmente emergem conceitos menos abrangentes e pensamentos irracionais, o que leva à desconfiança no Governo e à insatisfação para com a sociedade. E é este o desafio com que a sociedade de Macau se depara. A moralidade é o alicerce do primado da lei, por isso fazer os jovens conhecerem os valores tradicionais de moral e respeito pela lei é muito importante para a sociedade.

Em suma, a implementação a longo prazo do princípio “Um país, dois sistemas” na RAEM continua a ser um tema a explorar. O sucesso que se registou, nos últimos quinze anos, com a concretização do princípio “Um país, dois sistemas”, deveu-se, sem dúvida, ao estrito cumprimento da Lei Básica por parte dos residentes de Macau. Ora, para que este princípio seja implementado com sucesso, sobretudo num novo ambiente e nova situação, é preciso contar com o contínuo cumprimento da Lei Básica e as orientações fundamentais desse princípio, bem como com o espírito de patriotismo. Isto tudo constitui a base do princípio “Um país, dois sistemas”, que acrescido à sabedoria do Governo Central e da RAEM é de acreditar que os novos desafios serão ultrapassados. Aliás, isto está também relacionado com o bem-estar de todo o povo chinês. Para que a sociedade da RAEM seja harmoniosa, é preciso conjugar os esforços de todos, pois temos responsabilidades para que Macau seja melhor.

IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 16.10.2014

Macau nasceu com uma área territorial reduzida e com falta de recursos de terrenos. Face ao encaminhamento de Macau rumo ao posicionamento de centro mundial de turismo e ao aumento contínuo do número de turistas, os diversos assuntos relativos à vida da população e a construção de infra-estruturas, incluindo, para as necessidades de habitação, de desenvolvimento diversificado das indústrias, de impulsionamento de actividades de protecção ambiental, etc., necessitam de recursos de terrenos, caso contrário, o desenvolvimento contínuo vai ser restringido. Assim sendo, a reserva e o desenvolvimento de terrenos têm vindo a ser nos últimos anos um tema de profunda discussão para o desenvolvimento de Macau.

Face à concretização aprofundada do “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau”, ao reforço contínuo da cooperação entre Guangdong-Macau, à construção do novo canal de ligação entre Guangdong e Macau, e à possível concretização, passo a passo, de 24 horas de passagem fronteiriça, há que aproveitar as oportunidades de desenvolvimento do País, envidar todos os esforços para desenvolver as vantagens de Macau enquanto “um centro e uma plataforma”, e aproveitar a cooperação regional para promover a complementaridade e a vantagem mútua, em prol do aumento da vitalidade da economia do Interior da China, da exploração de espaços e oportunidades de desenvolvimento para Macau, e da resolução dos problemas e das dificuldades decorrentes do desenvolvimento de Macau nestes últimos anos. Poder-se-á reflectir sobre o aproveitamento da complementaridade e da vantagem mútua dos recursos regionais, devendo, por exemplo, explorar espaços para o desenvolvimento de empresas e fábricas, para que os terrenos de Macau possam ser reservados para a construção de habitação pública e privada, o desenvolvimento económico e a diversificação das nossas indústrias. Constatou-se, recentemente, que a área para resíduos de materiais de construção está saturada. Face ao desenvolvimento contínuo e rápido da construção civil nos próximos 10 ou 20 anos, e à dificuldade actual de se encontrar terrenos para a classificação de lixo e tratamento de resíduos sólidos, é inevitável recorrer-se a recursos de terrenos dos territórios vizinhos para resolver o problema dos resíduos, e “digerir” o sucesso da experiência dos territórios vizinhos, por meio da cooperação regional, no que respeita à criação de aterros através da reciclagem dos resíduos de materiais de construção. Quanto à cooperação regional, Macau deve reflectir com flexibilidade e tomar a iniciativa de impulsionar os trabalhos de cooperação regional na vertente da indústria de protecção ambiental, em prol da resolução do problema dos resíduos, da criação de novos recursos de terrenos para outras finalidades e de um plano em que as partes saiam como vencedoras.

No que respeita à cooperação regional, o facto de Macau se posicionar como centro internacional de turismo e de lazer implica a necessidade urgente de melhoria das condições que o território oferece. Neste momento, deparamo-nos com um arrastamento no desenvolvimento dos projectos das comunicações e dos

transportes, sendo que a situação actual requer uma melhoria urgente. Enquanto as obras do troço da Taipa do Metro Ligeiro já estão a decorrer a toda a velocidade, no caso da península de Macau, as opiniões divergem quanto às obras e ainda não há nenhum consenso. É inevitável que o processo de construção deste projecto venha a afectar a vida da população nas zonas onde vão decorrer as obras. Porém, será o público em geral a usufruir desse sistema de transporte colectivo, e o metro ligeiro é um projecto que beneficia maioritariamente a população local. Assim, ao longo do percurso do metro ligeiro, os moradores serão directamente beneficiados, quer nas suas deslocações quer na valorização dos seus activos imobiliários. A população deve mostrar compreensão e ser paciente, visto que, sendo inevitável que a sua vida seja afectada pela execução das obras, trata-se, porém, de uma situação temporária, visto que os benefícios desse projecto, depois de concretizado, serão usufruídos a longo prazo. A experiência de outras regiões do mundo na construção de um sistema de transporte colectivo demonstra que o funcionamento do mesmo contribui não apenas para a facilidade nas deslocações, para a melhoria da qualidade de vida dos moradores da zona e para a revitalização urbana, como também permite reduzir a poluição devido à menor utilização de outros meios de transporte, incluindo a sonora e do ar. A população não deve ficar excessivamente receosa quanto às perturbações que prevê para o seu quotidiano devido à execução das obras. Por seu lado, na qualidade de agente responsável pela liderança na execução dos projectos de construção da RAEM, em qualquer projecto realizado, cabe ao Governo a função de analisar objectivamente os problemas com vista à sua resolução. Para isso, desde a fase de iniciação das obras, as autoridades devem basear-se no seu conhecimento sobre o projecto e adoptar uma atitude adequada, tendo presente um conjunto de trabalho preparatório realizado antes da execução do projecto. Por exemplo, no que respeita às propostas do percurso e à eficiência do futuro funcionamento do metro ligeiro, os estudos devem basear-se em avaliações e análises profissionais, para que o público fique esclarecido sobre as principais opções. Seguidamente, através da realização de consultas públicas em conjugação com a realidade social e as opiniões da população sobre o enquadramento geral do projecto, deve-se reunir progressivamente o consenso do público para se chegar a uma proposta mais aperfeiçoada. Paralelamente, considerando a possibilidade de surgir novos problemas e preocupações da sociedade relativos ao projecto, as autoridades devem também estar preparadas para responder a essas questões e assumir as suas responsabilidades. Os diferentes sectores devem resolver em conjunto as dificuldades que decorrem da realização do projecto, acelerando a sua concretização de acordo com a direcção e a calendarização definidas, para que possa ser usufruído por todos. No contexto da cooperação regional, a par da concretização das diferentes infra-estruturas para o bem-estar social e a cooperação bilateral entre Macau e o Continente, a melhoria do sistema de transporte de Macau constitui uma vertente que requer a máxima urgência, devendo a sociedade chegar a um consenso, quanto antes, por meio de um debate racional. Esperamos que Macau possa estar devidamente preparado para as exigências da cooperação regional e para o aprofundamento do seu desenvolvimento, com vista ao crescimento a longo prazo do território.

Retirar os devidos ensinamentos da história, com vista a impulsionar o desenvolvimento saudável da RAEM

A Guerra Sino-Japonesa “Jiawu”, que teve lugar em finais do século 19, assinalou a invasão japonesa da China e da Coreia do Norte. A China saiu vencida e a sua frota Beiyang naufragou. Face à pressão militar decorrente do militarismo japonês, o Governo da Dinastia Qing foi obrigado a assinar um tratado humilhante e injusto, o Tratado de Ma Kuan. Os resultados desta Guerra deram azo, sem precedentes, a uma grave crise nacional para o povo chinês, a par do agravamento do estado semicolonial da sociedade chinesa. Por seu turno, o Japão viu o seu poder nacional reforçar-se devido à riqueza proveniente da guerra, e conseguiu integrar o chamado “*Great Power*”. O Japão também é um país asiático, uma vez foi invadido por países ocidentais imperialistas, mas depois da reforma de Meiji este país fraco transformou-se num país forte ao nível militar e caminhou para a invasão de outros países.

Comemora-se este ano o 120.º aniversário da humilhação pela derrota sofrida na Guerra Sino-Japonesa “Jiawu”, uma dor ainda sentida por todos os nacionais. Através do documentário transmitido pela CCTV e dos anais da História, os especialistas e académicos entendem que “a derrota na Guerra Sino-Japonesa “Jiawu” se deveu aos defeitos dos cidadãos chineses, nomeadamente, a fraqueza do povo no respeitante à cultura de guerra, resultante do peso dado às letras em detrimento das armas, bem como à falta de tacto e de virtudes.”. A crítica que recai sobre as virtudes é sempre feita relativamente “... à falta de coesão, de espírito de corpo, e de noção de fidelidade ao Estado, razões que levam a que cada qual se acomode na sua própria auto-defesa quando o Estado está em apuros, aliás, o apogeu do egoísmo e da desunião.”. Aos olhos dos países ocidentais isto não é mais do que “um facto que faz decair cada vez mais a imagem da China, um país antigo em modernização, transformando-a num país incompetente, que se acomoda com a sua situação devido à fraca capacidade de governação.”. Celebram-se este ano o 65.º aniversário da implantação da República Popular da China e o 15.º aniversário do Retorno de Macau à Pátria, mas será que o nosso pensamento também retornou?

Olhando para a história, depois da derrota das duas Guerras do Ópio e da revolução do “*Taiping Heavenly Kingdom*”, os governantes da Dinastia Qing dividiram-se em dois grupos, face à necessidade de responder aos caos internos e externos: os apoiantes do Movimento de Intelectuais e os conservadores. O Movimento de Intelectuais, que teve início em 1861 e terminou em 1894, foi um movimento de sobrevivência depois da assinatura do Tratado de Pequim, aquando da 2ª Guerra do Ópio. Com base na divergência de objectivos, esse movimento pode ser dividido em duas fases: a fase primeira e a fase última. Na fase primeira, os governantes apoiantes deste movimento realizaram um movimento industrial em todo o Estado, gritando o slogan “recorrer às tecnologias ocidentais para restringir o poder ocidental”, “auto-reforço” e “procura de riqueza”.

Na última fase deste movimento, os governantes estabeleceram serviços industriais em prol da população, gritando o slogan “procurar a riqueza”.

Na altura do movimento de intelectuais da China, ocorria no Japão, a reforma de Meiji. Com esta reforma política de 1868, o imperador Meiji criou um novo governo e instituiu a monarquia constitucional, adoptou novas técnicas europeias e americanas para desenvolver a economia e industrializou o Japão, promoveu a política de civilização e abertura, estimulou a adopção de *modus vivendi* europeu e empregou grandes esforços no desenvolvimento da educação. Com esta reforma, o Japão passou a ser o 1.º país industrializado na Ásia e um dos mais fortes do mundo.

Estabelecendo a comparação com a reforma de Meiji, o movimento de intelectuais teve como objectivo salvar a China e foi promovido pelos senhores feudais, que apoiaram a aprendizagem de técnicas avançadas do ocidente para proteger o feudalismo da China. Na área da educação, foram apenas introduzidos o espírito ocidental e as línguas estrangeiras, mas não foi reforçada a educação patriótica para adesão ao movimento e para entusiasmar o povo na construção da China, por isso, foi difícil inculcar a noção de identidade nacional e os efeitos do movimento foram limitados. Na época, a onda mundial defendia o imperialismo, e o movimento de intelectuais acabou por fracassar. Mas olhando para a reforma de Meiji, para além de se ter conseguido a introdução de técnicas avançadas ocidentais, foi ainda implementado o espírito de amor ao imperador e ao país, com a assinatura e publicação de um diploma elaborado pelo próprio imperador Meiji. É de salientar que a educação no Japão tem por base este espírito e visa inculcar no povo a noção de obediência e respeito ao imperador e aos pais. É também dada importância à educação moral e aos conhecimentos que possam levar o país a ser mais rico e o exército a ser mais forte. Depois da reforma de Meiji e de 20 anos de desenvolvimento, o Japão transformou-se num país cada vez mais forte, revogou os tratados desiguais assinados com países ocidentais na época de Bakufu e retomou a soberania. Portanto, podemos dizer que a reforma de Meiji foi crucial para a história do Japão.

Com a Guerra sino-japonesa “Jiawu” de 1894, demonstrou-se a total diferença entre dois países ao nível da educação patriótica, A China saiu vencida e a sua frota Beiyang naufragou. Face à pressão militar decorrente do militarismo japonês, o Governo da Dinastia Qing foi obrigado a assinar um tratado humilhante e injusto, o Tratado de Ma Kuan. Hoje em dia, não concordamos com a educação patriótica baseada no militarismo japonês, mas isso não impede que reconheçamos o sucesso alcançado em alguns aspectos.

O patriotismo é uma excelente tradição do povo chinês e representa a poderosa força espiritual e interminável dos chineses no mundo. E através da Guerra Sino-Japonesa ficámos a perceber qual é a importância do patriotismo na construção de um país. O patriotismo é um sentimento de amor e devoção à Pátria, a dependência do povo no seu país, um sentimento de pertença à pátria, à raça e à cultura, incluindo o respectivo reconhecimento, respeito e orgulho. O patriotismo

é uma exigência moral para ajustar a relação entre o indivíduo e o Estado, e ainda um princípio político, uma norma legal e o núcleo do espírito nacional.

Devemos aprender com a História e com a experiência. Quanto ao Governo da RAEM, depois de quinze anos de Retorno à Pátria, em primeiro lugar devemos reconhecer os resultados atingidos, sobretudo ao nível da economia, que representam bem o sucesso do princípio “Um País, dois sistemas”. Contudo, verificaram-se também muitos problemas, grandes e pequenos, desde a camada superior até à camada de base do Governo, bem como nas associações cívicas. Claro que a criação de uma sociedade civilizada não se depende apenas do financiamento do Governo, há que contar com os esforços conjugados de todos, sobretudo do Governo que desempenha um papel predominante na administração. O próximo Governo deve melhorar o desempenho, mas será que vai ser assim? Os dirigentes do Governo estão a envelhecer, algumas autoridades não trabalham e, por isso, é baixa a eficiência administrativa. Esta é que é a realidade de Macau. Para que a RAEM seja saudável, e a sociedade harmoniosa e estável, o Governo tem as suas responsabilidades indeclináveis, mas as associações cívicas e todos nós também as temos. Alguns cidadãos pediram-me para transmitir ao Governo o seu desejo de verem definidos critérios para a escolha dos dirigentes do novo Governo que, no entender desses cidadãos, devem ser qualificados e cumprir as normas éticas reconhecidas pela sociedade. Esperam ainda que o novo Governo implemente o ensino do patriotismo, e que sejam os principais dirigentes os primeiros a conhecer a fundo a Lei Básica e a implementar as acções governativas ao abrigo desta Lei, sobretudo na perspectiva “Um País”, para que tudo seja feito de forma científica e em prol da população. O Governo deve ainda procurar obter a compreensão e participação da sociedade que, por seu turno, não deve rejeitar por rejeitar, mas sim contribuir com as suas opiniões para o bem de Macau. E o Governo, naturalmente, deve assumir uma posição de abertura e escutar a opinião pública.

IAOD de Zheng Anting em 16.10.2014

A minha intervenção incide sobre a mensagem que Macau deve retirar do “Occupy Central”.

Todo o mundo assistiu ao impacto do “Occupy Central” para os residentes de Hong Kong, com o turismo, o comércio e o mercado financeiro a serem gravemente abalados por aquele movimento. O Hang Seng Index conheceu, em menos de um mês, uma descida superior a 10%. Os académicos de Hong Kong estimam que o “Occupy Central” tenha já acarretado prejuízos económicos da ordem dos 380 mil milhões de Hong Kong dólares.

O movimento “Occupy Central” fez com que Macau ficasse a perceber que não se pode precipitar no alcançar da democracia. O modelo “um país, dois sistemas” aplicado em Hong Kong e Macau foi necessariamente ponderado numa perspectiva de estratégia nacional e corresponde ao interesse dos residentes das duas Regiões. O primado da lei é precisamente o valor nuclear que o Governo tem de defender, e também a pedra angular para o sucesso e estabilidade da sociedade. As “liberdades individuais” são gozadas ou exercidas no respeito dos “direitos” de que os outros também gozam e que não devem ser prejudicados, pois só assim é que pode haver estabilidade, harmonia, desenvolvimento económico e bem-estar da população. Quando alguém pretende atingir, “à força”, algum objectivo “pré-delineado”, só vai levar a sociedade à anarquia, onde os residentes nem no comer têm sossego, para além dos problemas nos negócios. Nessa altura, terá a “democracia via Occupy Central” algum significado?

Até à data, o movimento “Occupy Central” vem revelando a divisão da sociedade de Hong Kong, a desconfiança mútua e as oposições, entre outros pânticos, o que deve servir de alerta para Macau. Os jovens sentem-se inseguros em relação ao futuro, sobretudo face aos preços elevados dos imóveis e à carestia de vida. Assim, deve o Governo analisar, a fundo, as motivações por detrás dos conflitos sociais, procurando atenuá-los.

Acho que o Governo não deve limitar-se a desenvolver a economia, deve também melhorar a vida da população, nomeadamente, criar um melhor ambiente para o desenvolvimento e crescimento dos nossos jovens. Nos últimos anos, as manifestações não têm sido só em Hong Kong, também as houve em Macau, o que demonstra, em certa medida, a falta de meios do Governo para a libertação das insatisfações dos residentes.

Solicito ao Governo da RAEM que cumpra rigorosamente a Lei de defesa e segurança do Estado, que promova melhor o Patriotismo nas escolas e previna a infiltração de forças do exterior, com vista a evitar que alguém por detrás da aparência das exigências financie actividades para provocar a desordem em Macau, interferindo com o Estado.

Se os problemas não forem oportunamente resolvidos, movimentos como o “Occupy Central” em Hong Kong podem também acontecer em Macau, não podemos esquecer-nos disso. Macau já regressou à Pátria há quinze anos, e são positivos os resultados do desenvolvimento social e económico e o sector do jogo regista outra prosperidade. O 12.º Plano Quinquenal do País também refere expressamente a diversificação adequada da economia de Macau, consagrando a construção de um “Centro” e de uma “Plataforma” (Centro Mundial de Turismo e Lazer e Plataforma de serviços de cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa), o que pode acarretar mais oportunidades para Macau se desenvolver sem no entanto dispensar a nossa participação. Solicito ao novo governo que tenha em mente o “Occupy Central”, que ouça mais a opinião pública, e que acompanhe e melhore a vida da população, com vista à promoção da prosperidade de Macau e do bem-estar da população!

Obrigado Sr. Presidente!

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 16.10.2014

Desde o estabelecimento da RAEM que o sentido de pertença da população tem sido evidentemente reforçado, e que a economia se tem desenvolvido favoravelmente, devido às políticas adoptadas pelo Governo Central. Entretanto, por falta de democratização do sistema político, a maioria dos residentes permanentes de Macau não consegue recorrer ao seu direito eleitoral para exigir, cara a cara, responsabilidades aos governantes pelas suas acções governativas injustas e irracionais. Isto deixa a população descontente.

O Chefe do Executivo não foi eleito pelo voto de todos os residentes permanentes, e nem todos os Deputados à Assembleia Legislativa foram eleitos por sufrágio universal, por isso, os residentes permanentes de Macau não conseguem exigir responsabilidades às autoridades com base no direito eleitoral consagrado na Lei Básica. E assim sendo, os governantes conseguem fugir à assunção de responsabilidades pelas irregularidades que praticam, nomeadamente, a concessão de terrenos a preços baixos, o excesso de despesas com as obras, a destruição do ambiente habitacional, etc.. Tanto o Chefe do Executivo como os diversos governantes continuam a “actuar a seu bel prazer”, destacando-se o conluio entre Governo e empresários bem como a troca de interesses, o que deixa a população indignada.

O dirigente máximo do Governo assim como muitos deputados à Assembleia Legislativa que não foram eleitos por sufrágio directo pretenderam aprovar a polémica proposta de lei intitulada “regime das garantias dos titulares do cargo de Chefe do executivo e dos principais cargos a aguardar posse, em efectividade e após cessação de funções”, mesmo sem ter havido lugar a qualquer auscultação pública. Os residentes ficaram bastante descontentes com a ambição e irresponsabilidade demonstradas pelos dirigentes e Chefe do Executivo. E em Maio passado, a proposta de lei acabou por ser retirada depois de se terem registado protestos de rua, o que demonstra que o regime de representação não consegue produzir efeitos e que é importante a actuação cívica. Se o sistema político não acompanhar a actualidade, a sociedade não pode viver com tranquilidade.

O sistema democrático impede o conluio e a troca de interesses entre dirigentes e empresários, concretiza o direito político dos residentes permanentes e o princípio “Macau governado pelas suas gentes”, dá resposta às necessidades do desenvolvimento social e cria um ambiente de concorrência justa em detrimento de favoritismos e da contratação de familiares.

Em democracia, o Chefe do Executivo e os deputados à Assembleia Legislativa são eleitos por sufrágio directo, e os titulares dos principais cargos assumem as suas responsabilidades sob a direcção de um Chefe do Executivo eleito por sufrágio directo.

O Chefe do Executivo, Chui Sai On, promete no seu programa político eleitoral o desenvolvimento do sistema político democrático, nos termos da Lei Básica.

Portanto, o Governo deve avançar, novamente e quanto antes, com a reforma do sistema político. Em 2015, o Chefe do Executivo deve dar início às cinco etapas da reforma do sistema político, permitindo que os residentes permanentes votem em 2019 na eleição do Chefe do Executivo, e deve reajustar os assentos na Assembleia Legislativa, permitindo que mais de metade dos deputados sejam eleitos por sufrágio directo, caminhando-se assim rumo ao sufrágio universal para todos os deputados.

IAOD do Deputado Au Kam San em 16.10.2014

O actual Chefe do Executivo, Fernando Chui Sai On, no seu programa político para a candidatura e recondução ao mesmo cargo, assumiu a promessa de “concluir até 2020, na zona A (dos novos aterros), parte das habitações públicas”. Uma atitude mais proactiva em comparação com a que assumiu numa das suas recentes decisões políticas na qualidade de Chefe do Executivo, quando afirmou que só em 2019 é que vai ser aberto o concurso público para as 28 mil habitações públicas na zona A, que vão estar concluídas em 2022 e 2023. Uma parte, quantas são? Perante uma política tão importante como esta, que tem implicações para a vida da população, seria estranho não dispor de dados para monitorizar o cumprimento de tal promessa.

Dito de outra forma, conquistar um terreno ao mar implica efectuar aterros, construir infra-estruturas e definir planos, trabalhos estes que exigem tempo. Não seria possível ao autor desta intervenção atrever-se a dizer, sem cautela, avancem! Pois como sabem, não é profissional, é quase um leigo em matéria de engenharia, planeamento urbanístico e aterros! Mas uma coisa é certa, segundo as informações divulgadas pelos serviços competentes, os aterros da zona A podem estar concluídos em 2016. Se isto for verdade, há que proceder à definição de planos (urbanístico e de construção das habitações) quando se avançar com os aterros. Isto porque os aterros são efectuados de acordo com o que for definido nesses planos, pois não serão muitos os factores a provocar alterações, nem se vão descobrir solos de natureza diferente da prevista quando se avançar com a construção das habitações. Por isso, depois de concluídos os aterros, deve logo iniciar-se a construção das referidas 28 mil habitações públicas. De acordo com a Lei da Habitação Económica em vigor, quando o Governo dispõe de um plano de construção (do qual consta a localização, quantidade e tipologia das fracções), pode logo abrir o concurso. Conjugando esta norma com a realidade, é possível abrir o concurso em 2017. E seguindo o ritmo de construção das habitações de Seac Pai Van, sobretudo dos três complexos habitacionais (Koi Nga, Lok Kuan e Ip Heng), a construção poderá durar cerca de 24 meses. E veja-se o exemplo do *Campus* da Universidade de Macau, do outro lado do rio, em que a concessão do terreno foi autorizada pelo Governo Central em 2009, e após os aterros e definição dos planos, os edifícios ficaram basicamente concluídos em 2012, portanto, uma duração que não excedeu os 4 anos. Por isso, se começarmos a fazer os aterros da zona A, as 28 mil habitações públicas podem estar concluídas em 2019. Se o 4.º Chefe do Executivo conseguir cortar a fita na cerimónia de conclusão daquelas habitações antes de terminar o seu mandato, será um orgulho para a História de Macau.

Como todos sabem, estes cinco novos aterros foram aprovados pelo Governo Central em 2009, portanto, é de admirar que o Governo da RAEM tenha suspenso completamente as obras. O Governo recusou construir mais habitações alegando falta de terrenos, o Secretário Lao recorreu ao pretexto de que “não há dificuldade em construir habitações, o que é difícil é encontrar

terrenos” para se esquivar à responsabilidade de incumprimento do prazo para a construção das 19 mil habitações. Porém, dispondo de aterros com uma área de 350 hectares, suspendeu as obras e procedeu a repetidas consultas públicas sobre o planeamento dos novos aterros, obviamente para ganhar tempo. Trata-se de governantes que têm na mão abundantes recursos financeiros e de terrenos (em geral os terrenos são escassos, mas o Governo tem dispõe de mais de 300 hectares, portanto, neste caso, podemos dizer que os recursos são abundantes) e que estão a atrasar, intencionalmente, o passo. Como é que se vai enfrentar a confiança depositada em nós pelo Governo Central? E como é se vai enfrentar a população de Macau?

Muitos residentes vivem a infelicidade de não ter casa própria, mas mesmo quando a têm, são duas ou três as famílias a viver numa pequena fracção T2 ou T3, situação esta que não passa pela cabeça daqueles governantes com tanto poder. Seja como for, quem ocupa o cargo de Chefe do Executivo deve agir para o bem de Macau, mesmo que seja eleito por um círculo restrito. Ou será que depois de assumir o cargo já não precisa de fazer bem as suas tarefas? O Governo vai escolher partilhar das preocupações dos cidadãos e perceber as suas necessidades ou ser seu inimigo? Podemos ver qual vai ser a resposta do Governo consoante o andamento que der à construção de habitações públicas nos novos aterros.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 16.10.2014

Opiniões para a criação de uma sociedade com valores correctos

A representação desportiva oficial de Macau regressou com êxito dos Jogos Asiáticos de Incheon. Os atletas de Macau conseguiram bons resultados nas várias modalidades desportivas, 3 medalhas de prata e 4 medalhas de bronze, e bateram por 9 vezes alguns recordes de Macau. Através dos meios de comunicação social, pudemos ver o esforço dos atletas de Macau e a forma como superaram as dificuldades e os desafios, com vista a conseguirem os melhores resultados, assim como a sua energia positiva que acabou por contagiar os residentes de Macau.

Valores sociais correctos e energia positiva são muito importantes para guiar e dar força a qualquer pessoa, por isso, conseguimos sentir o “espírito olímpico” vivido naquela competição. Valores como a “paz, tolerância, união e amizade” devem estar sempre presentes entre os atletas, e estes devem sempre respeitar a justiça em qualquer competição.

Nestes últimos anos, os atletas de Macau têm glorificado o “espírito olímpico” e conseguido bons resultados nas competições internacionais, deixando a população de Macau muito orgulhosa. Recordando os últimos quinze anos que se seguiram ao Retorno de Macau à Mãe Pátria, podemos concluir que é necessário criar e consolidar uma sociedade humanista onde predominem os valores sociais, com vista a promover a tolerância quer entre grupos quer entre indivíduos.

Após o Retorno à Pátria passámos a viver numa sociedade pacífica e harmoniosa, a economia cresceu rapidamente e está a passar pelo melhor período de desenvolvimento da sua história. Há que reconhecer que o desenvolvimento estável da RAEM se deve aos princípios “um país, dois sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes” com “alto grau de autonomia”, definidos pelo País, bem como à implementação da Lei Básica, que trouxeram bastantes benefícios para Macau. Hoje respira-se energia positiva, porque os cidadãos de Macau gozam dos frutos da prosperidade, contrariamente a outras regiões onde se desperdiçam oportunidades de desenvolvimento devido a agitações e defeitos dos sistemas, portanto, as gentes de Macau devem valorizar o desenvolvimento que hoje se vive e que não foi fácil conseguir.

Perante a actual conjuntura, espero que o Governo continue a adoptar medidas eficazes para promover valores como o patriotismo e o amor a Macau, nomeadamente, através da divulgação das realidades do nosso País. Espero que recorra a mecanismos para a formação de quadros e à cooperação regional para reforçar valores e difundir o patriotismo e amor a Macau junto de jovens e estudantes, para que estes aprendam a ser racionais e tolerantes e percebam a importância da participação nos assuntos sociais, em prol do desenvolvimento, progresso e estabilidade de Macau, e ainda com vista a que se empenhem na

construção duma sociedade competitiva, ordenada, estável e harmoniosa, no sentido de ser possível atingir uma governação que responda às “aspirações comuns para o futuro e à partilha da prosperidade.”

IAOD do Deputado Chui Sai Peng em 16.10.2014

Há dias, o Chefe do Executivo, Chui Sai On, deslocou-se a Cantão para participar na 10ª edição do Fórum para a Cooperação e Desenvolvimento da Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas, sob o tema “cooperação e desenvolvimento, criando-se um futuro em conjunto”. O Chefe do Executivo afirmou na altura que a RAEM está a promover o desenvolvimento da diversificação económica, a acelerar o ritmo da criação do Centro Mundial de Turismo e de Lazer e da plataforma de serviços de cooperação a nível comercial entre a China e os países lusófonos. Afirmou ainda que ia ser criada, em breve, a Comissão do Centro Mundial de Turismo e Lazer, presidida por ele, comissão esta que será responsável pela definição e concretização dos projectos de desenvolvimento a médio e longo prazos. Para além disso, a Direcção dos Serviços de Turismo está a preparar um estudo intitulado “Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo”, portanto, podemos prever que o Governo vai acelerar os trabalhos relativos ao “Centro Mundial de Turismo e de Lazer”.

O Governo da RAEM também tem adoptado várias políticas, incluindo a criação da plataforma comercial para a China e os países lusófonos, a revitalização urbana, a protecção do património cultural, a promoção das indústrias culturais e criativas e das convenções e exposições, e a formação de talentos, entre outras. Todas estas políticas parecem independentes, mas na verdade estão correlacionadas. Espera-se que a Comissão do Centro Mundial de Turismo e Lazer possa servir o desenvolvimento a longo prazo de Macau e coordenar as diversas políticas, a fim de promover o objectivo da diversificação económica e conseguir ser a força motriz para o desenvolvimento social a longo prazo.

Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, o número de turistas aumentou de 9 milhões em 2000 para 29 milhões em 2013, números que demonstram que Macau já há muito tempo se tornou num foco de turismo a nível mundial. Porém, a escassez de terrenos e a capacidade de acolhimento constituem uma barreira para a criação do Centro Mundial de Turismo e de Lazer. Há que aperfeiçoar e reforçar a cooperação com outras regiões, e que criar e promover um mercado de turismo regional, a fim de elevar o nível dos serviços prestados em conjunto, podendo então haver coordenação com as outras regiões do Delta do Rio das Pérolas e assumir uma posição conjunta e vantajosa, aliviando mesmo o problema da falta de recursos de terras em Macau, o que é fundamental para que a sua transformação em Centro Mundial de Turismo e de Lazer se verifique quanto antes.

Macau deve desenvolver-se passando duma cidade na foz do Rio de Pérolas para uma cidade internacional. Deve ainda cumprir os planos de desenvolvimento definidos para desempenhar o papel de centro que lhe foi atribuído. Para que as regiões vizinhas também saiam beneficiadas do desenvolvimento e se

estabeleçam laços de cooperação, há que construir mais infra-estruturas, sobretudo de transportes. Devem ainda ser consolidados os sustentos de *soft power* de Macau. Quanto à conjuntura de desenvolvimento das diversas indústrias, a concorrência vai deixar de ser entre empresas e passar a ser entre sectores, cidades, regiões e até mesmo entre países. Por isso, Macau tem de elevar a competitividade dos seus residentes a nível físico e psicológico, há que agir para que estes estejam unidos, e há que aperfeiçoar regimes nas áreas da educação, segurança social, e atracção e manutenção de talentos, com vista a ajudar os residentes a elevarem as suas capacidades e a enfrentar a concorrência. Há ainda que aperfeiçoar os regimes jurídicos relacionados com o trabalho de equipa do Governo, colaboração interdepartamental, elevação de competências linguísticas dos funcionários públicos e dos cidadãos em geral, alargamento de horizontes ao nível do aproveitamento de oportunidades de negócio e de melhoramento dos métodos de gestão e funcionamento dos empresários. Estes problemas são importantes e o novo Governo vai ter, inevitavelmente, de os enfrentar ao longo do processo de desenvolvimento de Macau.

Temos de ter em conta a análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) efectuada pelos académicos, e podemos também considerar os métodos adoptados em 1989 pela grande cidade de Xangai. Naquela altura o seu Governador era Zhu Rongji, que chegou a Primeiro-Ministro do Conselho de Estado, e que resolveu promover, naquela altura, uma reunião consultiva de empresários internacionais de renome, e convidou-os para consultores. Todos os anos na Primavera reunia com cada um deles em privado, uma tradição que se manteve até aos dias de hoje, portanto, já dura há 25 anos. Não é fácil convidar especialistas internacionais para fazerem estudos sobre uma cidade, portanto, tratou-se de um convite estratégico que demonstrou uma visão prospectiva por parte dos nossos dirigentes, pois levou ao alargamento de conhecimentos e a uma maior internacionalização da cidade.

Hoje, seguimos o modelo de economia de mercado de características chinesas, idealizado por Deng Xiaoping, que oferece oportunidades a todos os sectores da sociedade para opinarem sobre as políticas, conjugarem ideias, terem em conta a realidade e fazerem o que há a fazer. Macau está a desenvolver-se rumo à construção de centro mundial de turismo e de lazer, portanto, tem ainda um longo caminho a percorrer. E nós temos de ser determinados, fortes e criativos, e de lutar pelo futuro da nossa cidade através da conjugação de esforços entre os dirigentes e a população.

IAOD do Deputado Tong Io Cheng em 16.10.2014

Na cerimónia de abertura do ano judicial que decorreu ontem, o Chefe do Executivo afirmou que: *“após o retorno à Pátria, registaram-se em Macau progressos na superação das dificuldades por parte dos órgãos judiciais, formando-se assim um sistema judiciário característico de Macau e uma equipa judicial com bastante capacidade para criar um ambiente propício para o desenvolvimento social”* e que *“o Governo continuará a apoiar os órgãos judiciais na optimização das instalações físicas e dos recursos humanos, bem como no reforço da formação de funcionários judiciais e a aprofundar a valorização dos recursos humanos, incentivando a adopção de métodos de gestão e técnicas avançadas para elevar a eficácia e o nível judicial”*.

O Presidente do TUI, o Procurador do MP, e o Presidente da Associação dos Advogados de Macau, representantes do sector judiciário de Macau, afirmaram que o nosso sistema, salvaguardando a estabilidade do seu funcionamento, tem de passar por contínuas reformas para poder acompanhar o desenvolvimento social.

Por isso, chegou a altura de se ponderar sobre as melhorias a fazer no sistema judicial.

Tal como na maioria dos países em que vigora o Estado de Direito, o que se exige em Macau é um sistema justo e eficaz, cujos objectivos só podem ser alcançados através da optimização dos seus recursos humanos.

Os requisitos para o acesso à carreira judicial é uma questão que tem indubitavelmente a ver com a justiça, daí a sua relevância. O Presidente da Associação dos Advogados de Macau afirmou ontem que, com a eliminação do regime de concurso documental, deixou de haver nos serviços públicos um padrão para a contratação de juristas e nem todos os operadores do Direito conhecem bem o Direito de Macau. É mais do que evidente que o que está aqui em causa é o padrão de conhecimentos. Tal como refere hoje a imprensa, a correspondência entre conhecimentos e padrões específicos não é totalmente determinada pelo local onde os mesmos são adquiridos. A razão é simples. Todas as instituições de ensino superior gozam de autonomia pedagógica, logo, podem definir se os seus cursos têm de ter ligação a uma determinada profissão. Portanto, mesmo que sejam instituições de Macau, nada garante que organizem os cursos segundo as exigências de uma determinada ordem profissional.

Para garantir a justiça é necessário que o poder público crie um exame igual para todos os técnicos da área jurídica dos serviços públicos, advogados e magistrados (e porque não, quando reunidas as condições, um exame por disciplina para o pessoal docente dos diversos ramos do Direito positivo).

Aliás, é esta a prática na Alemanha, que é a mãe do sistema continental, e os

resultados são mais do que evidentes. Igual sistema está também em vigor no nosso País há anos, estando a justiça também basicamente garantida.

O exame é apenas um critério para ingressar na carreira judicial, é apenas a porta de entrada. Tendo em conta as características das diferentes funções, o pessoal que passa no exame pode primeiro estagiar, e depois disso ser novamente avaliado para se verificar se já está apto a desempenhar as funções em causa. O conhecimento jurídico é um critério objectivo e a entidade responsável pelos exames inclui representantes de diversos grupos profissionais com experiência e bons conhecimentos, portanto, se os candidatos que passam no exame dominam ou não esses conhecimentos é algo que o público também vai ter a sua interpretação.

No âmbito do Direito, a função de magistrado é a mais importante. Os exames não servem para seleccionar super-homens, mas sim pessoas normais, que como têm de decidir sobre a vida e bens de outras pessoas, têm de reunir determinadas competências. Segundo estudos de sociólogos, outros suportes são a sua experiência, competência, comportamento, etc.. Alguns académicos sugerem que as pessoas com determinada experiência e boa conduta devem poder ingressar na magistratura, porém, se não passarem por um exame podem surgir outros problemas, uma vez que não há suporte para reconhecer a autoridade e legitimidade desse grupo de profissionais do Direito. Se todos passarem pelo mesmo exame a barreira da falta de reciprocidade entre as diversas profissões do Direito será reduzida. Seja como for, uma solução viável é permitir o acesso à magistratura a advogados, assessores jurídicos do Governo, notários e académicos com certa experiência na área e já doutorados e com vários anos de experiência profissional (por exemplo cinco anos), e com boa conduta (nunca tenham sido sancionados disciplinarmente). Claro que, num enquadramento bilingue, a língua portuguesa ainda é uma barreira importante.

Até à transferência de soberania existiam auditores judiciais, mas como não se sujeitavam a provas, o regime foi classificado como uma apêndice inflamada a cortar. Porém, perante esta nova conjuntura, considero que deve ser repensada a figura do “auditor judicial”, sem estar em causa qualquer intenção de recuar até ao passado (pode até alterar-se a designação e chamar-lhe adjunto de juiz). As controvérsias jurídicas na sociedade moderna são muito complexas, e nos grandes casos, apesar da autoridade dos magistrados, estes enfrentam sozinhos um elevado volume de trabalho e têm pela frente advogados que até chegam a formar equipas, por isso, a situação dos magistrados é naturalmente mais vulnerável. A missão de salvaguarda da justiça e do rigor dos julgamentos não é tarefa fácil. Se um magistrado contar com a ajuda de vários auditores judiciais com formação jurídica, poderá aliviar-se o desequilíbrio entre quem julga e acusa e quem defende. É certo que esta recomendação não tem intenção de abrir portas traseiras aos incompetentes para o seu ingresso na carreira judicial. Assim, os magistrados dificilmente conseguem usar o seu encanto pessoal para sustento da dignidade. Portanto, os talentos da área jurídica que passaram no exame para auditor e que não têm experiência suficiente mas cuja capacidade ainda foi

avaliada, podem começar por assumir funções menos exigentes a troco de um salário razoável (por exemplo, o de técnico superior na Função Pública) pois está a usufruir de oportunidades de formação e estágio, para além disso, pode aliviar o volume de trabalho dos magistrados e contribuir para se criar uma boa equipa de trabalho. Após a acumulação de vários anos de experiência, devem poder concorrer à magistratura, participando em conjunto com os demais profissionais da área jurídica no exame para ingresso na magistratura.

Para além das referidas recomendações, a minha terceira opinião concreta sobre a optimização do regime judicial tem a ver com a eficiência e transparência judicial. Já em diversas ocasiões referi isto, e os órgãos judiciais também já reagiram, no entanto, há ainda espaço para melhorias. Em primeiro lugar, a informatização dos processos, já sugerida várias vezes, e à qual não foi dada uma resposta, uma medida que não apresenta problemas de natureza técnica e que já existe em diversas jurisdições. Segundo, a divulgação das decisões judiciais do Tribunal judicial de Base, que já foi concretizada, no entanto, o número de processos sujeito a divulgação ainda é reduzido, portanto, há ainda espaço para melhoria.

Espero que os serviços competentes assumam uma atitude séria em relação a estas questões, com vista à implementação duma verdadeira reforma do sistema judicial de Macau, envidando-se assim esforços para a construção dum sistema judicial imparcial e eficaz.